TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

DECISÃO DO DIRETOR-GERAL

Processo Administrativo Eletrônico nº 2908/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Trata-se de processo administrativo eletrônico com vistas à locação de imóvel que continuará a servir de local de funcionamento do Cartório Eleitoral da 50ª Zona Eleitoral, localizado no município de Nova Monte Verde - MT.
2. Ressalto que o Contrato atual (Contrato nº 36/2014) encerrar-se-á no dia **11/11/2019** (doc. 82939/2019).
3. Em consonância com as informações trazidas aos autos, destaco:
 - a) A carta proposta de locação do proprietário do imóvel, no valor mensal do aluguel de R\$ 1.681,89 (mil seiscentos e oitenta e um reais, e oitenta e nove centavos) (doc. 75394/2019);
 - b) As cópias dos documentos pessoais e as certidões de regularidade dos proprietários do imóvel, Senhor LOURENÇO BOING SOBRINHO (CPF nº 557.546.609-44) e Senhora APARECIDA FERREIRA DA SILVA BOING (CPF nº 569.916.141-49), bem como a escritura pública do imóvel, certidão negativa de débitos, certidão de inteiro teor e ônus e planta baixa do imóvel acostados aos autos nos documentos eletrônicos nº 63077/2019, nº 75405/2019, nº 63079/2019, nº 63087/2019, nº 63103/2019, nº 63107/2019, nº 63108/2019, nº 63109/2019, nº 63087/2019, nº 63113/2019, nº 63115/2019, nº 63116/2019, nº 63107/2019, nº 63210/2019, nº 79153/2019, nº 75393/2019 e nº 75429/2019;

- c) A comprovação de inexistência de imóvel próprio da União disponível no município de Nova Monte Verde, devidamente atestada pela Superintendência de Patrimônio da União (doc. 71.846/2019);
- d) O laudo técnico de avaliação de valor locativo realizado pela empresa ELO ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, que registrou as condições do imóvel pretendido e apresentou os seguintes resultados: valor mínimo de R\$ 3.200,00; valor máximo de R\$ 4.300,00 e valor médio de mercado no valor de R\$ 3.800,00; demonstrando, assim, que o valor de locação constante neste processo encontra-se bem abaixo da avaliação (doc. 82029/2019);
- e) A informação de existência de recursos orçamentários suficientes para acobertar a despesa pretendida, prestada pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira (doc. 82.124/2019);
- f) A declaração subscrita pelo Juiz Eleitoral e pela Sra. Chefe de Cartório atestando a observância do permissivo legal insculpido no “caput” do art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, com suporte também no art. 12 da Resolução TRE/MT nº 795/2011, especialmente ao postulado do binômio necessidade de instalação x localização imóvel como condicionante da escolha do imóvel, conforme teor do doc. nº 75648/2019;
- g) Minuta do contrato de locação (doc. 82203/2019);
- h) O parecer da Assessoria Jurídica que enquadrou a despesa no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, bem como aprovou a minuta de contrato, ressalvando, no entanto, que a matrícula do imóvel carece da necessária averbação das construções internas, e esclarecendo que a *“a situação envolvendo averbações ou a falta delas mais precisamente está sendo enfrentada no Processo Administrativo nº 3131/2019 e Decisão presidencial no doc. 065186/2019”* (doc. 82641/2019).

4. Diante do exposto, atendidas às disposições legais e, ao corroborar com a instrução procedimental e anuir integralmente os termos da peça opinativa supracitada, bem como demonstrada a necessidade e viabilidade da locação, tendo por sustentação a competência delegada pela Portaria TRE-MT nº 117/2018, publicada no DJE nº 2626, de 20/04/2018 **autorizo, condicionado à ratificação Presidencial, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:**

a) a realização da despesa, com a consequente contratação direta da locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira da minuta de Contrato apresentada no documento eletrônico nº 82203/2019, com vigência de 60 (sessenta) meses, no valor de **R\$ 1.681,89** (mil seiscentos e oitenta e um reais, e oitenta e nove centavos), nos termos aprovados pela ASJUR e **CONDICIONADA** à comprovação da regularidade fiscal dos locadores;

b) a dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, com determinação de publicação no DJE/Diário Oficial da União-DOU, como condição para a eficácia dos atos, conforme exigência do artigo 26 do citado diploma legal;

c) emissão da respectiva nota de empenho e das vias contratuais definitivas.

5. Considerando as informações apresentadas pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira – COF/SAO, em consonância com os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria nº 111/2012, **declaro** que a presente despesa tem a adequação e conformidade com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

6. **Submeto** o presente processo administrativo à revista de Vossa Excelência, ponderando pela ratificação, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993 e da Portaria TRE-MT nº 117/2018.

7. Ao final, pondero pelo encaminhamento direto à **Secretaria de Administração e Orçamento** para adoção das medidas pertinentes, notadamente a emissão das vias contratuais definitivas, da respectiva nota de empenho e publicação do ato.

Cuiabá-MT, 6 de novembro de 2019.

RAFAEL ZORNITTA
Diretor-Geral em substituição